

**CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E LUDICIDADE: INFLUÊNCIAS DA VISÃO SOBRE A INFÂNCIA NA PROPOSTA DE ATIVIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

**Thalita Pereira Silva,  
UFMS/CPTL,  
thalitatls@hotmail.com**

**Ione da Silva Cunha Nogueira,  
UFMS/CPTL,  
ionescnogueira@gmail.com**

**RESUMO**

O brincar, atividade fundamental na Educação Infantil, constitui-se como uma importante ferramenta para o desenvolvimento cognitivo e social infantil. Objetivou-se, através desta pesquisa, estudar a relevância da ludicidade para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças a partir da perspectiva de Vygotsky, estabelecendo comparação entre sua teoria e as atividades propostas para a Educação Infantil na nova Base Nacional Comum Curricular. Na tentativa de atingir este objetivo, as abordagens metodológicas adotadas nesta pesquisa se pautaram na pesquisa bibliográfica consolidada por meio do estudo da teoria de Vygotsky e estudo documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nós observamos que, embora algumas práticas pedagógicas estejam voltadas para a antecipação do processo de alfabetização e separação entre brincar e aprender, os resultados evidenciam o quanto o brincar é imprescindível durante o período a infância, possibilitando à criança conhecer a si e ao mundo, se constituindo como atividade principal do dia-a-dia e fundamental para o desenvolvimento integral infantil.

**Palavras-chave:** Infância; Ludicidade; Educação Infantil.

## 1 INTRODUÇÃO

Por meio das brincadeiras a criança se humaniza, aprendendo a conciliar de forma efetiva a afirmação de si mesma à criação de vínculos afetivos duradouros. De acordo com Vygotsky (1989), a cultura, a mediação e a atividade são fatores essenciais para o processo de humanização. Humanizar-se implica em desenvolver-se como homem social e histórico e a produção das potencialidades humanas resulta desse processo de humanização.

Com sua origem no latim “Ludus”, que significa jogo, historicamente o lúdico esteve presente em vários períodos, desde a pré-história até os dias atuais. Presume-se que esteve presente desde o momento em que o homem começou a se desenvolver e conseqüentemente, adquirir conhecimentos antes inexistentes. Nesse período já era possível notar a presença da ludicidade na vida e nas relações do homem, já que nas sociedades primitivas, a caça e as outras atividades realizadas com o intuito de satisfazer suas necessidades vitais e de sobrevivência, assumiam a forma lúdica.

O brincar era concebido de maneira natural e o homem estabelecia sua história de forma lúdica na realização de suas atividades mais simples, pois as ações realizadas por ele proporcionavam o primeiro contato com o meio e com as sensações, que serviam como impulsos às noções fundamentais, à compreensão da realidade e ao desenvolvimento de sentimentos, como a afetividade.

O período conhecido como infância é marcado pelo brincar, embora este não lhe seja inerente, porém, se constitui como uma das práticas culturais que envolvem o ser humano. Nesse sentido, a brincadeira permite à criança vivenciar o lúdico e descobrir-se a si mesma de modo a apreender a realidade, tornando-a, uma atividade essencial ao desenvolvimento infantil. Assim, a brincadeira é cada vez mais entendida como atividade que, além de promover o desenvolvimento global das crianças, incentiva a interação entre os pares, a resolução de conflitos e a formação de um sujeito crítico.

Segundo Vygotsky (1989), é por intermédio da brincadeira que a criança se humaniza. A cultura, a mediação e a atividade são fatores essenciais para o processo de humanização, segundo a qual o ser humano aprende a realmente “ser humano” por meio da apropriação das relações sociais, e nesse sentido, a cultura se mostra de extrema importância para este processo.

A Educação Infantil, principalmente a pré-escola, ao ser incorporada à educação escolar pode se apresentar de maneira contrária aos interesses da criança, se em uma lógica

arquitetônica e organizacional homogeneizadora, estiver muito mais centrada no adulto, apresentando preocupação com o desenvolvimento de conteúdos. Segundo essa lógica, a sala de aula seria o único espaço onde a criança aprenderia e o adulto o único responsável pelo seu desenvolvimento, excluindo a participação da criança de seu próprio processo educativo. (FERREIRA, 2011)

Para Barros (2009), sob esse ponto de vista, o brincar é considerado uma atividade em segundo plano, que se integra apenas a atributos da infância, sem significado maior. Porém, a autora também apresenta que do ponto de vista da Teoria Histórico-Cultural, o brincar é uma das atividades potencializadoras do desenvolvimento infantil e desse modo, deve ser tomado como um dos principais eixos para o desenvolvimento de suas relações, reflexões e prática social.

Reconhecer as crianças como atores sociais, implica também no reconhecimento da sua capacidade de produção simbólica e a constituição de suas representações e crenças em sistemas organizados, que chamamos de cultura. A criança tem que ser compreendida também como ser social e em contexto, nas relações/interações com os seus pares: as crianças não produzem as suas culturas em outro lugar que não o social, onde reinterpretem o universo simbólico de sua cultura. A interpretação de culturas infantis necessita se sustentar na análise das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem.

Ghiraldelli Júnior (1996) mostra que a educação deixou de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança, tornando a escola reprodutora dos princípios mercantilistas da política neoliberal, o que se manifesta na prática pedagógica. Desse modo, utilizar uma abordagem que siga em busca da formação do homem mais humano e igualitário, acaba sendo um verdadeiro desafio. É possível perceber a complexidade de se desenvolver uma prática pedagógica estruturada conforme a designação do autor. O uso dos materiais didáticos, as apostilas, a organização escolar, o conceito de disciplina, a formação de professores são alguns dos mecanismos que passam a dificultar a promoção de experiências significativas. Para que a criança se torne um agente ativo de seu próprio processo de aprendizagem, a atividade do brincar representa um elemento essencial para promover o seu desenvolvimento integral, humanizando-a e respeitando-a em suas singularidades.

A criança não deve ser vista como mera receptora dos produtos culturais. Em vez disso, sua forma de se relacionar com esses produtos adquire novos modos e reinterpretações, por meio do cruzamento de culturas e de significações construídas nas relações com seus pares. O

brinquedo possibilita a interação entre as crianças e a mediação de um adulto torna-se fundamental. Elas conversam umas com as outras, levantam-se de seus lugares para brincar com outra criança ou até mesmo para pedir emprestado outro brinquedo. O brincar pode permitir o desenvolvimento do imaginário, de modo que ficar sentada em seus lugares acaba sendo algo quase impossível.

No contexto escolar, o educador exerce importante mediação nesse processo. Seu papel é o de potencializar as crianças para o alcance de níveis avançados de desenvolvimento. É preciso que o professor reconheça a importância do princípio da brincadeira para o desenvolvimento infantil. É imprescindível que haja mediação para que as crianças aprendam novas situações e criem novas necessidades, que podem ser exploradas pelas brincadeiras, possibilitando caminhos para um nível elevado de desenvolvimento.

Diante disso, a partir de pesquisa bibliográfica e documental com base nos estudos e pesquisas de Lev Semyonovich Vygotsky, este trabalho se propôs a aprofundar entendimento sobre a importância da brincadeira e da ludicidade para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil a partir dos conceitos por ele estabelecidos, buscando compreender a concepção de infância presente em seus conceitos e na Base Nacional Comum Curricular, em sua proposta para a Educação Infantil, estabelecendo comparação entre a teoria histórico-cultural e as atividades propostas para a Educação Infantil.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

O brincar constitui-se como fundamental na formação do sujeito. Por meio da brincadeira, a criança pode se expressar, conhecer a si e ao outro, resolver conflitos e explorar o ambiente no qual está inserida. Para Vygotsky (1998), é por intermédio da atividade lúdica que a criança aprende e se prepara para a vida, sendo capaz de desenvolver capacidades importantes como atenção, memória, imitação, imaginação, afetividade, motricidade, inteligência, entre outras áreas da personalidade.

Para alguns outros autores como Vergnhanini (2011), é por intermédio da brincadeira que a criança é capaz de ampliar o seu vocabulário, dando nome aos objetos, fazendo uso de expressões do dia a dia, conversando com outras crianças e com os brinquedos, estabelecendo relações entre as brincadeiras simbólicas (jogos de faz de conta) e outras formas de linguagem, inclusive, resolvendo situações conflituosas e desafios que surgem nestes momentos.

Para Vygotsky (1998), o sujeito se constitui nas relações com os outros, por meio de atividades. O autor apresenta o brincar como uma atividade em que, tanto os significados social e historicamente produzidos são construídos, quanto outros novos podem surgir. Nesse sentido, a brincadeira e o jogo de faz-de-conta seriam considerados como espaços de construção de conhecimentos pelas crianças, na medida em que os significados que ali transitam são apropriados por elas de forma específica. Para ele, a criança já nasce em um meio cultural repleto de significações produzidas, definidas e que são constantemente ressignificadas e apropriadas pelos sujeitos. O autor afirma, ainda, que o homem enquanto sujeito é capaz de transformar sua própria história e da humanidade, uma vez que é capaz de mudar o contexto social em que está inserido e é modificado por ele. Neste sentido, o desenvolvimento humano pode ser entendido como um processo cultural que ocorre necessariamente mediado por um outro social, marcado por etapas diferentes e determinado pelas atividades mediadas, no contexto da própria cultura, construindo os processos psicológicos superiores. Dessa maneira, o desenvolvimento cognitivo refere-se ao desenvolvimento das atividades conscientes, estas que acabam determinadas pelas formas sociais e culturais da vida humana.

Para Vygotsky (1989), a aprendizagem configura-se no desenvolvimento das funções superiores através da apropriação e internalização de signos e instrumentos em um contexto de interação. A aprendizagem humana pressupõe uma natureza social específica e um processo mediante o qual as crianças aprendem a fazer parte da vida intelectual daqueles que as rodeiam.

Os processos psicológicos superiores para Vygotsky (1998, p. 32) são especificamente humanos e constituídos:

Pelos processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: o idioma, a escrita, o cálculo, o desenho, bem como pelas funções psíquicas superiores especiais, aquelas não limitadas nem determinadas de nenhuma forma precisa e que têm sido denominadas pela psicologia tradicional com os nomes de atenção voluntária, memória lógica e formação de conceitos.

Esse conceito de funções psicológicas superiores abre um leque de outros novos conceitos importantes à concepção da relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem. Levando isso em consideração, o que caracteriza a atividade humana é a mediação e utilização de instrumentos e signos, entretanto, é preciso diferenciá-los, uma vez que estes influenciam a ação humana sobre a atividade e são externamente orientados, enquanto os signos, são

orientados para o próprio sujeito, para dentro do indivíduo, não modificam o objeto da atividade, mas constituem-se como ferramenta interna, sendo orientada internamente.

Concomitante a isso, os objetos com os quais as crianças se relacionam são significados pela cultura e a relação que estabelecem com eles se modifica à medida em que vão se desenvolvendo. Em um primeiro momento esta relação é marcada pela predominância de sentidos convencionais, característicos da cultura em que está inserida; o objeto, de certa forma, diz para a criança como deve agir. Com o passar do tempo, de modo gradativo, a relação entre objeto significado e ação se altera, tendo a brincadeira um lugar de destaque nessa mudança. “A criança vê um objeto, mas age de maneira diferente em relação ao que vê. Assim, é alcançada uma condição que começa a agir independentemente daquilo que vê.” (VYGOTSKY, 1998, p. 127).

A importância do brincar para o desenvolvimento infantil está relacionada ao fato desta atividade contribuir para a mudança na relação da criança com os objetos, pois estes perdem sua força determinadora na brincadeira. A brincadeira se constitui como a função psicológica mais importante para o homem, em outras palavras, podemos dizer que é essencial para o bom desenvolvimento de seu pensamento. Nesse sentido, caracteriza-se como fundamental para o desenvolvimento humano, sendo capaz de induzir o surgimento de um novo tipo de pensamento, segundo o qual, o significado das palavras substitui os objetos, formando nelas o pensamento conceitual, importante função que permite analisar a realidade e pensar. Em outras palavras, o resultado da brincadeira se reverte em lógica do pensamento das crianças.

Não obstante, a criança se desenvolve pela experiência social, nas interações que estabelece, desde o nascimento com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado. Assim, a brincadeira pode proporcionar uma situação privilegiada de aprendizagem infantil. Ao brincar, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança estão articulados aos processos de apropriação do conhecimento que estão em sua cultura. Este desenvolvimento pode alcançar níveis mais avançados de abstrações do pensamento. Dessa forma, a brincadeira é uma atividade humana na qual a criança é introduzida, constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos adultos.

Além disso, a brincadeira é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil na medida em que a criança pode transformar e produzir novos significados. Por meio do brincar, a criança pode dar outros sentidos aos objetos e jogos, ora a partir de suas ações, ora por meio de sua imaginação. Entretanto, para compreender o processo no qual a imaginação

está envolvida, é importante considerar a brincadeira como uma reprodução social, na qual a criança reproduz um papel social definido dentro da sociedade. Em síntese, a brincadeira representa a objetivação de uma situação imaginária.

Para compreender este processo, é preciso levar em consideração que as relações de poder que a sociedade exerce sobre os sujeitos são responsáveis pelo surgimento de necessidades emocionais que levam as crianças a fantasiarem. A ludicidade nesse sentido representa aquilo que permite que a criança fantaseie e reproduza ações e situações com as quais é capaz de solucionar tais necessidades e conflitos. Para Vygotsky (1998), a criação de situações imaginárias na brincadeira surge da tensão entre o indivíduo e a sociedade e a brincadeira oportuniza a criança controlar uma situação existente. Durante a brincadeira, as crianças utilizam processos de pensamento de ordem superior, como no jogo de faz-de-conta, que assume um papel central no desenvolvimento da aquisição da linguagem e das habilidades de solução de problemas. Dessa maneira, as crianças utilizam objetos para representar coisas diferentes do que realmente são, como por exemplo um pedaço de madeira para representar um carro.

Assim, Vygotsky (1998) definiu a zona de desenvolvimento proximal (ZPD) como:

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os companheiros mais capazes (p. 97).

Diante disso, a brincadeira é a realização das necessidades que não podem ser imediatamente satisfeitas pelas crianças. Para Vygotsky (1998), a brincadeira representa o funcionamento da criança na Zona de Desenvolvimento Proximal e portanto, promove o desenvolvimento infantil.

Dentre os instrumentos utilizados pelas crianças para a realização destas relações, destaca-se o brinquedo. Os brinquedos são considerados objetos sócios-culturais que propõem uma forma singular de ver e representar a realidade. Este por sua vez, não pode ser visto como a realidade, mas sim como uma forma de representá-la. Sendo assim, os brinquedos, constituem-se em objetos mediadores tanto das relações das crianças com os adultos, como na interação entre as crianças, e por meio de sua utilização nas brincadeiras, acabam por proporcionar e facilitar a construção dos papéis sociais e representações, ou seja, as formas de ser e pensar na sociedade. No entanto, Vygotsky afirma que não se deve definir o brinquedo como algo que dê prazer a criança, uma vez que há uma infinidade de brincadeiras que não são

tão agradáveis às crianças no que diz respeito ao seu resultado, como os jogos por exemplo. Nesse sentido, a criança pode não ganhar sempre que joga, tornado a brincadeira uma ação nada agradável.

Entretanto, de acordo com suas pesquisas existem muitas outras atividades que dão à criança muito mais prazer do que a brincadeira propriamente dita. Vygotsky (1989) diz que:

Definir o brinquedo como atividade que dá prazer é insuficiente, porque existem outras experiências que podem ser mais agradáveis à criança. O que atribui ao brinquedo um papel importante é o fato de ele preencher uma atividade básica da criança, ou seja, de um motivo para a ação. (p. 105)

Assim, o prazer não pode ser visto como uma característica definidora da brincadeira, uma vez que a criança não brinca por que esta é uma das ações que lhe dão prazer, mas brinca como uma forma de satisfazer suas próprias necessidades. Contudo, não se deve ignorar esta ideia de prazer, pois é na brincadeira que as necessidades das crianças são preenchidas, criando incentivos para colocá-las em ação. A criança procura satisfazer seus desejos não realizáveis imediatamente envolvendo-se em um mundo imaginário, onde os não realizáveis podem ser concretizados, entretanto, nem todos os desejos não satisfeitos dão origem à brincadeira. A imaginação é a característica definidora da brincadeira.

Para Vygotsky (1998) a imaginação é o brinquedo sem ação, no sentido em que a imaginação é um processo novo para a criança, pois constitui uma característica típica da atividade humana consciente. Sob o ponto de vista de que o brincar, para a criança é a atividade principal do dia-a-dia, Vygotsky (1993) pontua que a brincadeira é fundamental para a construção dos conhecimentos. Para ele, o desenvolvimento e o aprendizado estão inter-relacionados desde o nascimento da criança, e a brincadeira tem uma forte influência nesse processo.

Diante das concepções vigotskianas, é importante pontuar que para Kishimoto o jogo, a brincadeira e o brinquedo são extremamente diferentes. O brinquedo proporciona à criança um mundo imaginário, onde se dá início a criação do lúdico, sendo capaz de favorecer o desenvolvimento da imaginação. O brinquedo torna-se fundamental, pois é através dele que a criança se comunica com o seu mundo, sendo capaz de expor seus sentimentos e pensamentos. Ainda de acordo com Kishimoto (2002), o brinquedo é um suporte da brincadeira, é a ação que a criança desempenha ao brincar, desse modo o brinquedo e a brincadeira estão relacionados diretamente com a criança e não se confundem com o jogo em si, já o jogo, este vai além da recreação infantil, mobilizando esquemas mentais, e estimulando o pensamento, a ordenação

de tempo e espaço, integrando várias dimensões da personalidade, afetiva, social, motora e cognitiva. Este último é considerado uma atividade lúdica que tem valor educacional e a utilização do mesmo no ambiente escolar traz muitas vantagens para o processo de ensino aprendizagem, pois constitui-se como um impulso natural da criança.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Pesquisa bibliográfica e documental realizada por meio do estudo de textos de Lev Semyonovich Vygotsky e da Base nacional Comum Curricular estabelecendo comparação entre o que diz a teoria de Vygotsky sobre a importância da ludicidade para o desenvolvimento da criança e as atividades propostas para a Educação Infantil na nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

### **4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

No Brasil, a educação infantil é regida por leis e orientada por documentos publicados pelo MEC desde a promulgação da LDB e o reconhecimento desta enquanto etapa da Educação Básica. O primeiro documento, que foi publicado em 1998 e que durante muito tempo serviu como ponto de apoio ao trabalho de educadores foi o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998).

Esse documento foi publicado em 3 volumes, organizados da seguinte maneira:

Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. • Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças. • Um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. (BRASIL, 1998, Apresentação)

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), a brincadeira foi colocada como um dos princípios fundamentais, defendida como um direito, uma forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação entre as crianças.

Com efeito, é preciso pontuar que tanto a concepção assistencialista, como o interesse por alfabetizar cada vez mais cedo, são algumas das ideias presentes no RCNEI. Apesar do documento defender o brincar e considerá-lo como importante para o desenvolvimento cognitivo e social, defende também a inserção de práticas de alfabetização desde muito cedo na vida das crianças.

O RCNEI recomenda que as instituições e profissionais de Educação Infantil deverão organizar sua prática de forma a promover as seguintes capacidades nas crianças:

- participar de variadas situações de comunicação oral, para interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral, contando suas vivências;
- interessar-se pela leitura de histórias;
- familiarizar-se aos poucos com a escrita por meio da participação em situações nas quais ela se faz necessária e do contato cotidiano com livros, revistas, histórias em quadrinhos etc. [...]
- ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;
- familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;
- escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;
- interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;
  - reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano;
- escolher os livros para ler e apreciar. (BRASIL, 1998, p. 131).

A Educação Infantil se constitui como potencializadora do desenvolvimento das crianças, no entanto, o que se percebe aqui é que a preocupação se concentra em grande parte no processo de escolarização, o que pode ser observado pelo uso de materiais didáticos desde muito cedo. Dessa forma, o foco da escola está na alfabetização e não na criança para quem as atividades devem ser pensadas visando o brincar como importante forma de desenvolvimento. O que se percebe a partir dessas orientações é que o brincar não é priorizado e a Educação Infantil é tratada como etapa de ensino, deixando de lado questões importantes para o desenvolvimento da criança.

Em 1999 foram publicadas as primeiras Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil,

porém, dez anos depois em 2009, foram feitas correções e adequações a essa legislação. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI (BRASIL, 2009), demonstram uma atenção voltada para a criança, colocando o brincar como um dos eixos estruturantes do currículo. Segundo o artigo 9º, os eixos norteadores das práticas pedagógicas devem ser as “interações e a brincadeira”. As interações e a brincadeira são mencionadas como orientações voltadas à proposta pedagógica para o currículo na Educação Infantil, pois tendem a oferecer inúmeras possibilidades de experiências enriquecedoras para as crianças durante esta fase da Educação Básica.

Kishimoto (2010) afirma que todo o período da Educação Infantil é importante para a introdução das brincadeiras e por esta razão elas devem ocupar lugar fundamental em seu currículo. Nesse sentido, as DCNEI/2009 trazem a definição de criança como sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009). Além disso, destaca a brincadeira como atividade privilegiada na promoção do desenvolvimento nesta fase da vida humana, pois é através do brincar que a criança pode desenvolver as habilidades de memória, atenção, imitação, imaginação e habilidades motoras como equilíbrio e coordenação.

Conforme foi possível observar, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazem um novo olhar para a criança, considerando-a como sujeito para quem as ações devem ser pensadas e proporcionadas tendo em vista a atividade lúdica, o brincar, como atividade principal, diferente dos RCNEI que trazem uma visão tradicional com ênfase em eixos de conhecimento.

Após a análise do RCNEI e das DCNEIs, convém realizar também uma investigação crítica quanto as concepções para a Educação Infantil presentes na Base Nacional Comum Curricular, uma vez que esta já tem sido utilizada por diversos sistemas de ensino municipais e estaduais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) caracteriza-se como um documento legal que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017, p. 7). Refere-se a orientações sobre o que seria indispensável na educação de toda criança e adolescente e uma forma de nortear as propostas curriculares de escolas públicas e privadas. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº

9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

As discussões em torno da BNCC se iniciaram em 2014 e geraram um documento que desde então, passou por diversas modificações, em especial após questionamentos e discussões. O documento foi alvo de ataques devido a várias questões, dentre elas a necessidade de maior discussão acerca das concepções presentes na base, incluindo a concepção de infância e a intenção de alfabetizar cada vez mais cedo.

Um ponto importante a ser considerado, é o fato de que antes, a alfabetização estava prevista até o terceiro ano do Ensino Fundamental, entretanto, com tantas mudanças no cenário educacional e a tentativa de uma educação mais igualitária e democrática visando que todos estejam no mesmo nível básico de ensino, atualmente, com a BNCC, espera-se que se tenha cada vez mais alunos alfabetizados até o segundo ano do Ensino Fundamental.

Com a tentativa de reduzir as desigualdades e tornar a educação nacional mais justa e igualitária para todas as crianças e adolescentes, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada um dos campos estão previstos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, do mesmo modo, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

De acordo com o documento, para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver, dentre eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Os campos de experiências da BNCC promovem uma mudança conceitual no currículo da Educação Infantil e a organização curricular está estruturada em cinco campos de experiência, que se baseiam nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), sendo eles: O eu, o outro e o nós; Corpo Gestos e Movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, Relações e transformações (BRASIL, 2017, p. 36).

Além disso, a terceira versão da base apresenta os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento distribuídos em três grupos etários (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas). Na perspectiva da BNCC, a “interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral

das crianças” (BRASIL, 2017, p. 33). Nesse sentido, em conformidade com o que traz o documento, se a criança brinca interagindo com outras crianças, orientada pela prática pedagógica do professor a partir dos campos de experiências, ela é capaz de desenvolver-se integralmente e produzir cada vez mais conhecimento.

Sob o mesmo ponto de vista que considera as interações e brincadeiras eixo norteador das práticas que envolvem a Educação Infantil, o item 3.3 previsto na BNCC dispõe sobre a transição da etapa da Educação Infantil para o Ensino Fundamental com base na ampliação do Ensino Fundamental brasileiro para nove anos, com a promulgação da Lei Federal nº11.274 (BRASIL, 2006). Sabe-se que transição entre a pré-escola e o ensino fundamental é um momento crucial na vida das crianças, com isso é importante considerar que para a criança esta pode ser uma ruptura institucional muito grande, uma vez que as crianças da Educação Infantil até então não conviviam com crianças maiores. Todavia, sobre isso a BNCC salienta que:

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BRASIL, 2017, p. 53)

Nesse sentido, é importante integrar os conhecimentos e vivências que foram propostos na base para a Educação Infantil também no que se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Isso requer que o professor do primeiro ano tenha em mente a importância de acolher e respeitar a individualidade, integridade, os direitos, as experiências, vivências, e principalmente os conhecimentos até então construídos pelas crianças nessa etapa. Entretanto, isso não significa que o professor deva ser o mesmo, mas significa que esta precisa compreender o funcionamento da Educação Infantil, buscando respeitar as crianças e orientar o seu trabalho no Ensino Fundamental partindo desse princípio.

A esse respeito, durante a fase de transição, as crianças precisam vivenciar o ambiente escolar, mas também não devem deixar de vivenciar a infância. A escola deve se preocupar em propiciar um ambiente que atenda também a essa necessidade. Nessa perspectiva, a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, apresenta a necessidade de considerar também no Ensino Fundamental as brincadeiras e aspectos lúdicos que permeiam a

infância como imprescindíveis para os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças: “[...] ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil.” (BRASIL, 2017, p.53).

Os campos de experiência e objetivos servem para auxiliar o professor a planejar atividades com maior clareza sobre o que deve ser desenvolvido em cada fase, visando garantir momentos de convivência, desenvolvimento e aprendizagem entre as idades, uma vez que Vygotsky defende que a aprendizagem é resultante da atividade de cada pessoa e da reflexão que ela faz a partir daquilo, tornando a criança agente ativo neste processo.

Além disso, é importante considerar que na base, a criança é considerada como sujeito que pensa, sente, interage, vivencia, compartilha experiências e que sobretudo, brinca, dessa forma, o papel do professor consiste em guiá-las enquanto propicia e situações para o seu desenvolvimento cognitivo e social, conduzindo-as até a aquisição do conhecimento por intermédio das interações e brincadeiras, que segundo Vygotsky “As interações da criança com as pessoas de seu ambiente desenvolvem-lhe, pois, a fala interior, o pensamento reflexivo e o comportamento voluntário” (VYGOTSKY, 1989, p. 101).

Logo, compreende-se a criança na sua totalidade, criança esta que aprende brincando por meio das interações com outras crianças e com os adultos, possibilitando que a mesma construa significados sobre si e sobre o mundo no qual está inserida.

## 5 CONCLUSÕES

O brincar constitui-se como uma atividade fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Trata-se de uma atividade natural, espontânea e considerada de suma importância para a formação dos sujeitos. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e ao mundo. Sua importância está relacionada na brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver.

Com a análise da BNCC e da teoria histórico-cultural, nos baseando em Vygotsky, percebemos que a melhor forma da criança interagir com o outro é por meio das brincadeiras. Embora saibamos quem em alguns lugares, na etapa da Educação Infantil, a brincadeira seja deixada em segundo plano, sendo muitas vezes considerada uma atividade para “passar o tempo”, compreendemos que o eixo do brincar pode contribuir para a construção de saber, e

principalmente para a construção do conhecimento. Vygotsky (1989) traz essa questão quando aponta que as ideias e saberes elaborados no coletivo e as atividades desenvolvidas brincando quando com objetivos claros, constituem-se, basicamente, em um sistema que integra a vida social da criança, pois ela interage com o “outro” numa prática social, se desenvolvendo.

A infância é uma fase que marca a vida do indivíduo e o brincar nunca deve ser deixado de lado, mas, pelo contrário, deve ser estimulado, já que é responsável pela construção de conhecimentos e desenvolvimento psíquico e social.

Diante disso, os estudos com base na teoria de Vygotsky contribuíram muito para a construção de conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil e para as noções de brinquedo e brincadeira nessa etapa, de modo que cientes de que o brincar satisfaz certas necessidades da criança e que essas necessidades são distintas em cada fase do desenvolvimento infantil, esta atividade modifica-se para atender também às novas necessidades que vão surgindo dia após dia, através do contato e conhecimento sobre si e sobre o mundo, constituindo-se como atividade principal e fundamental para o desenvolvimento integral.

Destacamos que com esta pesquisa foi possível compreender a teoria de Vygotsky sobre a importância da ludicidade para o desenvolvimento da criança, bem como as principais concepções de jogo, brinquedo e brincadeira e as concepções e atividades propostas para a Educação Infantil diante alguns documentos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O estudo sobre Vygotsky, dentre outros teóricos que discorrem acerca da importância de atividades lúdicas na Educação Infantil, contribuíram para que pudéssemos discutir, analisar e comparar o que está posto na Base Nacional Comum Curricular.

Como resultados, inferimos o quanto a BNCC considera as interações e as brincadeiras como parte do desenvolvimento infantil, considerando a criança como o centro deste processo de desenvolvimento, como posto na teoria de Vygotsky. Ademais, foi possível alcançar os objetos propostos com o intuito de estabelecer comparação entre a teoria histórico-cultural e as atividades propostas para a Educação Infantil por meio da compreensão de que a criança cria, recria e descobre por meio do imaginário e da brincadeira, e esse deve ser o foco da Educação Infantil, tendo em vista as particularidades de cada criança e a atividade lúdica como possibilidade de troca entre os sujeitos, ampliando as possibilidades de interação e produção de conhecimento.

Com base na pesquisa realizada por nós, compreendemos o brincar como centro e eixo

norteador, dessa forma é preciso garantir que dentro das práticas pedagógicas as interações e brincadeiras estejam realmente presentes e que os direitos de aprendizagem sejam, de fato, garantidos. Além disso, durante esse processo, o papel do professor enquanto mediador responsável por dar ao brincar sua atenção necessária é imprescindível, por isso seu trabalho e formação devem ser levados em conta.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BARROS, F. C. O. M. **Cadê o brincar?: da educação infantil para o ensino fundamental**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 215 p.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura: **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**, v3: Conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: jun. 2019.
- BRASIL. MEC. CNE. CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/SEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009.
- FAZOLO, Eliane. **Pelas teias do aramado: práticas culturais e pedagógicas na educação infantil**. In: KRAMER, S.; ROCHA, E.A.C. **Educação Infantil – enfoques em diálogo**. Campinas – SP: Papyrus, 2011.
- FERREIRA, Zenilda. **Tempos e espaços para brincar: o parque como palco e cenário das culturas lúdicas**. In: KRAMER, S.; ROCHA, E.A.C. **Educação Infantil – enfoques em diálogo**. Campinas – SP: Papyrus, 2011.
- KISHIMOTO, M.T. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.
- KISHIMOTO, M.T. **Brinquedo e Brincadeiras na Educação Infantil**. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo Em Movimento**. Belo Horizonte: Perspectivas Atuais, Nov. 2010b.
- VERGNHANINI, N. S. **Quero brincar: a brincadeira e o desenvolvimento infantil**. 2011. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.